

Danilo quer cobrar dívidas dos estados *publicas*

O presidente da Caixa Econômica Federal (CEF), Danilo de Castro, anunciou ontem que a instituição já está se recuperando do vendaval de setembro, quando chegou a pedir um socorro de mais de Cr\$ 4 trilhões Banco Central para fechar suas posições diárias. "Nós ainda estamos indo ao interbancário e ao empréstimo de liquidez, mas em níveis 30 por cento inferiores", declarou.

Segundo Danilo de Castro, o Governo está avançando nos estudos para facilitar a negociação da dívida atrasada dos estados e municípios junto à instituição (cerca de Cr\$ 25 trilhões) ainda neste ano, uma outra medida que permitirá a Caixa se reequilibrar. Três pontos estão sendo discutidos: a ampliação do prazo — pela lei da rolagem, 30 de setembro de 1991 — que limita as dívidas acumuladas que podem entrar na renegociação (a intenção é estabelecer uma data mais recente), a flexibilização dos prazos de rolagem e das taxas de juros estabelecidas na lei.

Segundo explicou o presidente da Caixa, a lei da rolagem, que estabelece renegociação das dívidas estaduais por prazo de 20 anos e a taxas definidas, é incompatível com as operações fechadas pela Caixa, a maior parte com recursos do FGTS. "Nós temos, por exemplo, financiamentos com prazo de oito anos, e, pela lei, eles seriam renegociados em 20 anos, o que é incompatível", explicou. Em relação às taxas de juros, muitas vezes os financiamentos originais foram contratados com taxas superiores ou inferiores às estabelecidas na lei, o que também gera distorções. "Existe um grupo de trabalho que está estudando as alterações da Lei 8.388 (Lei da Rolagem das Dí-



Danilo negocia dívidas

vidas) para adequá-las dentro dos interesses das partes", esclareceu Danilo de Castro.

Todas essas modificações terão que passar pelo Congresso Nacional e terão que ser rapidamente aprovadas para que os acordos possam ser firmados ainda dentro do prazo fixado anteriormente para a renegociação — 31 de dezembro próximo. Danilo de Castro diz que, com a lei atual, a cobrança das dívidas é praticamente inviável. "Da maneira que esta aí, não adianta cobrar, porque os estados não têm capacidade de pagamento para quitar a parte da dívida que venceu depois de 30 de setembro de 1991", explicou. A ampliação do prazo-limite beneficiaria os estados e municípios nesta situação. E que, na expectativa de renegociação das dívidas, muitos começaram a atrasar os pagamentos mais recentes, e, para terem direito à rolagem é preciso que estejam em dia com as suas dívidas de 30 de setembro de 1991 em diante.

A Caixa Econômica é credora de cerca de 25 por cento da dívida global dos estados e municípios junto ao Governo federal. Segundo Danilo de Castro, 98 por cento do débito são originários de empréstimos com recursos do FGTS concedidos há mais de dez anos.

05 NOV 1992

CORREIO BRAZILIENSE